

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 014/2017

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos da Resolução nº. 005/2007, do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 15 de agosto de 2017, terça-feira, à partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões - Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

01. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NO PROCEDIMENTO Nº 003.0.125536/2014. ASSUNTO: ANTEPROJETO DE RESOLUÇÃO REFERENTE À AFERIÇÃO DE MERECEMENTO PARA FINS DE PROMOÇÃO E REMOÇÃO. INTERESSADA: ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – AMPEB; ADVOGADO: DOUTOR MANOEL PINTO. RELATOR: CONSELHEIRO NIVALDO DOS SANTOS AQUINO.

02. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.3518/2017. ASSUNTO: REZONEAMENTO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA SOURE E CIPÓ. INTERESSADOS: PROMOTORA DE JUSTIÇA POLLYANNA QUINTELA FALCONERY. RELATORA: CONSELHEIRA MARILENE PEREIRA MOTA.

03. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.8761/2017. ASSUNTO: REGULAMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE SUBSTITUIÇÃO. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA ULISSES CAMPOS DE ARAÚJO. RELATORA: CONSELHEIRA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA.

04. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.8122/2017. ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA FREQUENTAR CURSO. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA ANDRÉA SCARFF DE PAULA MOTA. RELATORA: CONSELHEIRA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA.

05. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.210577/2016. ASSUNTO: ACESSO DOS MEMBROS DO CSMP AOS AUTOS DOS PROCESSOS E SINDICÂNCIAS EM TRAMITAÇÃO NA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, QUE TENHAM COMO INTERESSADOS CANDIDATOS HABILITADOS EM CONCURSO DE PROMOÇÃO E REMOÇÃO. RELATORA: CONSELHEIRA CLEONICE DE SOUZA LIMA. INTERESSADA: ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – AMPEB.

06. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

6.1. Inquérito Civil nº 692.0.71166/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Guanambi;

6.2. Inquérito Civil nº 591.0.40419/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

6.3. Inquérito Civil nº 708.0.107908/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

- 6.4. Procedimento Ministerial nº 608.0.140507/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 6.5. Procedimento Ministerial nº 600.9.76972/2017, da Promotoria de Justiça de do Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 6.6. Procedimento Ministerial nº 003.0.115924/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.7. Procedimento Ministerial nº 003.0.17069/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE SOUZA LIMA:

- 6.8. Procedimento Ministerial nº 598.0.49073/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 6.9. Inquérito Civil nº 709.0.53546/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 6.10. Inquérito Civil nº 600.0.8132/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 6.11. Inquérito Civil nº 608.0.50013/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 6.12. Inquérito Civil nº 003.0.66928/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 6.13. Inquérito Civil nº 696.0.38012/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 6.14. Procedimento Ministerial nº 597.0.167102/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 6.15. Procedimento Administrativo nº 674.0.137417/2007, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 6.16. Procedimento Ministerial nº 003.0.194647/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.17. Procedimento Ministerial nº 003.9.9979/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.18. Inquérito Civil nº 003.9.13839/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 6.19. Inquérito Civil nº 600.0.47236/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 6.20. Inquérito Civil nº 678.0.145431/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 6.21. Inquérito Civil nº 644.0.160555/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 6.22. Inquérito Civil nº 707.9.80401/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Poções;
- 6.23. Inquérito Civil nº 003.0.113862/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.24. Procedimento Administrativo nº 003.9.22442/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 6.25. Inquérito Civil nº 596.0.211900/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.26. Inquérito Civil nº 003.0.82330/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 6.27. Procedimento Ministerial nº 608.0.163131/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 6.28. Inquérito Civil nº 003.0.65726/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 6.29. Inquérito Civil nº 003.0.61590/2008, da 3ª Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

- 6.30. Procedimento Ministerial nº 600.9.89203/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 6.31. Inquérito Civil nº 003.0.145495/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.32. Inquérito Civil nº 001.9.124229/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.33. Procedimento Ministerial nº 692.0.234528/2015, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Guanambi;
- 6.34. Inquérito Civil nº 003.0.85578/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 6.35. Inquérito Civil nº 681.0.83063/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 6.36. Inquérito Civil nº 644.0.159899/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 6.37. Inquérito Civil nº 597.0.193659/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 6.38. Inquérito Civil nº 712.0.218895/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:

- 6.39. Procedimento Ministerial nº 003.9.71995/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.40. Procedimento Ministerial nº 003.9.114212/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.41. Inquérito Civil nº 644.9.33737/2017, da 8ª Promotoria de Justiça Vitória da Conquista;
- 6.42. Inquérito Civil nº 676.0.181725/2012, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;
- 6.43. Inquérito Civil nº 190.0.129049/2011, da Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 6.44. Inquérito Civil nº 594.0.149778/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 6.45. Inquérito Civil nº 001.9.129119/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.46. Procedimento Ministerial nº 600.9.87820/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 6.47. Inquérito Civil nº 137.0.260800/2016, da Promotoria de Justiça de Jitaúna;
- 6.48. Inquérito Civil nº 594.0.127147/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Canavieiras;
- 6.49. Inquérito Civil nº 692.0.71167/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 6.50. Procedimento Ministerial nº 003.0.244415/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativo – GEPAM;
- 6.51. Inquérito Civil nº 007.0.35471/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Santo Antônio de Jesus;
- 6.52. Inquérito Civil nº 692.0.71143/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 6.53. Inquérito Civil nº 598.0.9348/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Juazeiro.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

- 6.54. Procedimento Ministerial nº 644.0.46738/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

- 6.55. Procedimento Ministerial nº 003.0.189299/2010, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 6.56. Inquérito Civil nº 712.0.98866/2008, da 3ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 6.57. Procedimento Ministerial nº 596.0.187531/2013, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.58. Inquérito Civil nº 692.0.40286/2015, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Guanambi;
- 6.59. Procedimento Ministerial nº 708.0.79388/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 6.60. Procedimento Ministerial nº 185.0.236664/2016, da Promotoria de Justiça de Mucuri;
- 6.61. Inquérito Civil nº 003.0.166484/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 6.62. Procedimento Ministerial nº 593.0.16462/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 6.63. Procedimento Ministerial nº 600.9.114169/2017, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 6.64. Inquérito Civil nº 708.0.62857/2011, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:

- 6.65. Inquérito Civil nº 598.0.120692/2013, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 6.66. Inquérito Civil nº 674.0.136729/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 6.67. Inquérito Civil nº 001.9.58778/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.68. Inquérito Civil nº 371.0.178947/2007, da Promotoria de Justiça de Itacaré;
- 6.69. Inquérito Civil nº 699.0.236745/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 6.70. Procedimento Ministerial nº 590.1.13248/2006, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 6.71. Inquérito Civil nº 003.0.177647/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.72. Procedimento Ministerial nº 003.0.155962/2007, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 6.73. Inquérito Civil nº 591.0.222089/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 6.74. Inquérito Civil nº 003.0.240071/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 6.75. Inquérito Civil nº 003.0.68925/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 6.78. Inquérito Civil nº 598.0.209821/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 6.79. Procedimento Ministerial nº 696.0.63854/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 6.80. Procedimento Ministerial nº 003.0.66237/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.81. Procedimento Ministerial nº 592.9.56002/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 6.82. Procedimento Ministerial nº 003.0.104268/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA

- 6.83. Inquérito Civil nº 003.0.232890/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio

Ambiente;

6.84. Procedimento Ministerial nº 933.0.237381/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Luis Eduardo Magalhães;

6.85. Inquérito Civil nº 003.0.66180/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:

6.86. Procedimento Ministerial nº 003.0.169792/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

6.87. Inquérito Civil nº 600.0.245673/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

6.88. Inquérito Civil nº 596.0.220000/2012, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

6.89. Procedimento Ministerial nº 069.0.166621/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

6.90. Procedimento Ministerial nº 593.9.105095/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

6.91. Inquérito Civil nº 699.0.238627/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

6.92. Inquérito Civil nº 598.0.200036/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;

6.93. Procedimento Ministerial nº 598.0.84713/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

6.94. Inquérito Civil nº 712.0.84366/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;

6.95. Inquérito Civil nº 590.0.247660/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Camaçari.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

6.96. Procedimento Ministerial nº 597.0.87825/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

6.97. Procedimento Ministerial nº 003.9.89875/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;

6.98. Inquérito Civil nº 003.0.66028/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

6.99. Procedimento Ministerial nº 069.9.89803/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

6.100. Procedimento Ministerial nº 069.0.97300/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

6.101. Procedimento Ministerial nº 179.0.168895/2016, da Promotoria de Justiça de Morro do Chapéu;

6.102. Inquérito Civil nº 001.9.125304/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

6.103. Procedimento Ministerial nº 241.0.14313/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Remanso;

6.104. Procedimento Ministerial nº 720.9.79067/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;

6.105. Procedimento Ministerial nº 596.0.256506/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

6.106. Procedimento Ministerial nº 592.0.135693/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

6.107. Procedimento Ministerial nº 708.0.127232/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

- 6.108. Inquérito Civil nº 003.0.94657/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 6.109. Procedimento Ministerial nº 069.9.89601/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 6.110. Inquérito Civil nº 705.0.94704/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 6.111. Procedimento Ministerial nº 598.0.43103/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 6.112. Procedimento Ministerial nº 003.0.9856/2014, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 6.113. Inquérito Civil nº 699.0.64374/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 6.114. Procedimento Ministerial nº 600.9.118521/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 6.115. Procedimento Ministerial nº 600.9.82457/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com Sede em Santo Antônio de Jesus;
- 6.116. Procedimento Ministerial nº 704.0.97987/2012, da Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 6.117. Procedimento Ministerial nº 591.0.184535/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 6.118. Procedimento Ministerial nº 202.9.56636/2017, da Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira.

07. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, 07 de agosto de 2017.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público